



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 03 DE OUTUBRO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bom dia a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 38ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamada de Lei do Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal

Esta audiência tratará da região de Santo Amaro.

- Apresentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passemos ao debate. Tem a palavra o Sr. Paulo César Pereira Mayer, da Mitra Diocesana de Santo Amaro.

O SR. PAULO CÉZAR PEREIRA MAYER – Bom dia a todos. Meu nome É Paulo Mayer, sou engenheiro, e represento aqui hoje a Diocese de Santo Amaro, e vim falar sobre o zoneamento no tocante às igrejas.

O zoneamento, além de permitir e especificar o que pode ser construído em cada região, também divide as atividades em diferentes subcategorias.

Hoje, para conhecimento de todos, as igrejas, na legislação chamadas de local de culto, estão classificadas como local de reunião, fazendo parte da mesma categoria de restaurantes, cinemas, teatros, boates, danceterias, os famosos pancadões, e, com isso, as restrições sempre são levadas em consideração, o que cria mais dano à coletividade.

Nós estamos solicitando a criação de uma atividade específica como local de culto, devido às peculiaridades dessa atividade. Por exemplo: horário de funcionamento, a frequência geralmente das pessoas que moram no entorno. Existem muitas parcerias com a municipalidade, com creches, centros de educação infantil, asilos, cursos profissionalizantes, então, com isso nós estamos propondo que atividade local de culto seja totalmente destacada dessas atividades que foram citadas para que possamos ter restrições compatíveis com a atividade fim, que é totalmente diferente das outras.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. César Alexandre de Souza.

O SR. CÉSAR ALEXANDRE DE SOUZA – Bom dia a todos, senhores Vereadores, Subprefeito, sou morador da Chácara Santo Antônio e que está sendo classificada como ZEU e eu gostaria de comentar que essa região entre a Rua da Paz e a Rua Verbo Divino, são ruas muito estreitas e sem condições de receber empreendimentos de alta densidade, independentemente, da realidade do local. Como cidadão, não represento nenhum movimento organizado, gostaria que essa região fosse considerada como zonas em que a limitação de capacidades fossem respeitadas, tais como as ZCors, ou fossem mantidos os zoneamentos da atual como zona mista.

O senhor que apresentou mostrou que isso foi feito, essa variação gradual na rua São Benedito. Acredito que essa região que estou comentando poderia ser feita a mesma coisa para evitar porque as ruas são muito estreitas, então, isso poderia ser feito ali também.

Também gostaria de falar sobre outra parte da Chácara Santo Antônio, que é a parte da várzea, que, como é sabido, há o lençol freático, há uma estrutura frágil e gostaríamos que isso fosse considerado na questão do zoneamento porque já ocorreram problemas com edifícios que foram construídos, com o afundamento das casas vizinhas, muitas pessoas perderam os imóveis que tinham e estão numa situação complicada. É isso que eu gostaria de apontar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Regina Monteiro.

A SRA. REGINA MONTEIRO – Bom dia. Estou aqui também como representante eleita da Comissão do Conselho Municipal de Política Urbana, pela Ciranda, que representa a região de Santo Amaro. Quero agradecer, principalmente, ao Vereador Paulo Frange, como relator, que tem recebido democraticamente todas as entidades. Estamos conseguindo expor todos os nossos problemas e também ao Daniel que, apesar do Executivo já ter enviado todo o projeto para lei com todos os conteúdos, ele também tem recebido a sociedade da forma mais

democrática possível.

Quero falar que, com relação a Santo Amaro, realmente é um território consolidado como a gente viu já foi uma cidade e os corredores que hoje existem ao longo das ZERs, a maior ZER da Cidade de São Paulo e não tenho dúvida que estamos desqualificando ambientalmente uma área superimportante para a Cidade. Não sou contra os corredores, pelo contrário, eles vieram na década de 80 para, vamos dizer assim, quebrar um volume de tráfego que estava passando na Cidade de uma forma descontrolada. Infelizmente, parece que a CET manda nesta Cidade, as pessoas ficam com seu imóvel ali necrosado e aí a gente vê a vontade das pessoas quererem mudar para uma ZECOR.

Quero apenas mostrar que os usos são muito permissivos. Hoje, os corredores existentes tanto na Rua Vicente Ráo, como aqueles no entorno que já existem, os usos (gravação interrompida) na ZECOR, por exemplo, num bairro como o (gravação interrompida) não tem o menor sentido. Temos a operação urbana Água Espriada, que já está cortando o bairro do Brooklin Velho e depois eu queria (gravação interrompida) se aquela ZM que foi proposta na operação urbana foi um erro ou se realmente, se essa lei foi aprovada como está, se a gente pode ter predinhos e acabou a operação? Quero saber se foi um erro ou se está ZM mesmo ao longo da Água Espriada.

A nossa sugestão é que os corredores existentes ficando na ZECOR 3 é muito permissivo, então, o ZECOR 2 fique com as atividades da ZCL, Z1, como é hoje, e a ZECOR 1 fique como ZCL 1,2.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Angélica Martinho. Eu quero informar à secretaria que encerrem as inscrições. Podem inscrever essa última. E o Laerte, que saiu daqui para fazer o primeiro (palavra ininteligível) e uma hora depois do início, aí também já...Quem quiser falar nós vamos dar oportunidade na próxima segunda-feira, pode ir lá e falar. Eu chamei Angélica Martinho.

- Áudio com problema técnico, gravação interrompida.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Quero informar que já se passou uma hora desta audiência pública, assim encerramos as inscrições.

Teremos outra audiência pública, na próxima segunda-feira, na Câmara, para aqueles que chegaram atrasados.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Todos os que chegaram até 10h puderam entrar. Então, já há um número suficiente. Não abriremos mais inscrições.

O próximo a falar é a Cristina Antunes.

A SRA. CRISTINA ANTUNES – Bom dia a todos.

Falo em nome da Ciranda, que congrega 14 Associações da Subprefeitura de Santo Amaro e mais duas de Pinheiros.

Depois de meses de empenho, incontáveis reuniões e várias audiências públicas, há muito pouco a acrescentar ao que já dissemos e já solicitamos.

Com certeza, ninguém aqui ficará plenamente satisfeito, porque, em uma cosmópole, é impossível agradar gregos e troianos, mas uma sociedade cosmopolita só será equilibrada se houver respeito e civilidade entre os seus membros, algo que, infelizmente, não se produz quando interesses particulares se sobrepõem ao bem comum.

Em uma sociedade em que prevaleça o interesse individual ou de certos setores, jamais chegaremos a um estado de justiça social e de ética.

O que precisamos, neste momento, é contar com o bom senso e o sentido de justiça social de nossos Legisladores, muitos dos quais – queremos crer -, de fato, zelam pela

Cidade e têm consciência da responsabilidade que o mandato lhes confere.

Não falarei, novamente, em casos específicos. Esse momento já passou. Todos já ouviram e entenderam o que se propõe para bairros como Vila Madalena, Lapa, Morum, chácara Santo Antônio, Alto da Boa Vista, Marajoara.

Todos assistiram aos argumentos das entidades e de pessoas, individualmente, que defenderam a favor ou contra o que nos parece um plano que ainda tem muito a amadurecer. Todos já entenderam o que move muitas das propostas mais incômodas.

Agora, Srs. Vereadores, esperamos a devolutiva dos pleitos formulados – que era o que nós esperávamos para uma audiência pública final.

E, depois de assistir a embates, nem sempre elegantes, nestas audiências, mas ainda na esperança de que a nossa Cidade não seja tratada como objeto de barganhas, quero propor algumas sugestões para a reflexão de todos.

Nós temos um sentimento de esperança de que, no substitutivo a ser elaborado pela Comissão de Política Urbana, o bem coletivo esteja sempre acima de interesses particulares; que bairros consolidados não sejam abalados para atender a um e outros na busca pela valorização do seu próprio patrimônio, em detrimento de toda a vizinhança;

Que aqueles que não estejam satisfeito em seus bairros pela falta de serviços ou de comércio, considerem que há muitos outros locais em que essas atividades são permitidas, em vez de tentarem adequar o entorno às suas próprias necessidades e desejos particulares;

Que as pessoas que construíram seu bairro e lá querem permanecer não sejam expulsas de seu lugar devido a um adensamento construtivo que, perversamente, espera novos habitantes que nem se sabem se virão; que as populações carentes sejam atendidas nos locais onde vivem, onde já estabeleceram relações sociais e comunitárias;

Que essa nova Lei de Uso e Ocupação do Solo olhe, também, para cima e para baixo, espaço aéreo e subsolo, e reconheça o equívoco histórico que levou nossa Cidade a esconder seus rios, córregos e derrubar matas plenas de fauna e flora como se fossem

entraves ao desenvolvimento;

Que o alerta do clima, sempre ignorado, finalmente, desperte nossos Legisladores, para que o asfalto dê espaço a novos parques e novas praças.

Nós pedimos, insistentemente, que o plano não seja discutido sem que os planos regionais sejam feitos – e nós temos notícias de que esses planos regionais estão sendo feitos, discretamente, dentro da Secretaria, sem a participação dos moradores.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Elisabete Sidneia.

A SRA. ELISABETE – Bom dia, Srs. Vereadores, Subprefeito e todos os demais.

Gostaria de usar meu tempo para passar um vídeo, feito com moradores do nosso bairro. Será dada uma sequência do vídeo com os próximos inscritos da nossa Associação.

Obrigada.

- Apresentação de vídeo.

- Áudio com problemas técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Estamos com problemas para apresentar o vídeo, assim, chamarei o Edson e a Mara depois.

Tem a palavra o Sr. Edson Kosaki.

O SR. EDSON KOSAKI – Bom dia, meu nome é Edson Kosaki.

Sou Advogado, Presidente da Comissão de Exame da Ordem da OAB de São Paulo e fundador da Associação Amigos de Bairro do Jardim Marajoara.

A Associação Amigos de Bairro foi fundada há 30 anos, como meio de implementar as condições de moradia do Jardim Marajoara, que era um bairro verde, exclusivamente,

residencial.

Como o filme mostrou há pouco, o trânsito inviabilizou uma grande parte do Jardim Marajoara.

Então, Vereador Paulo Frange e Arquiteto Daniel, a minha proposta é no sentido de examinar se não seria o caso de alteração do uso da Avenida Manoel dos Reis Araújo, porque ela serve de ligação, na prática, entre a Avenida Interlagos e a avenida Washington Luiz. As casas que ficam ali, na frente, estão deterioradas, então, até falaram, agora há pouco, que o doutor fez um curso no exterior que mostra bairros residenciais convivendo com atividades culturais.

Então a alteração de uso para permitir, por exemplo, escolas de arte, enfim, escolas de balé, atividades não poluentes, acho que iria facilitar e tirar aquelas casas que estão fora do comércio, devolvendo-as a um atividade que, inclusive, interessa ao Estado, porque ele iria aumentar a arrecadação. Do jeito que está, o trânsito realmente estragou aquele miolo do Marajoara, conforme já foi mostrado no filme.

Portanto, a proposta era de estudar-se a alteração do uso da avenida Manoel dos Reis Araújo. Não é alteração de zoneamento, mas sim de uso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sra. Francine Lazaretti, do jardim Marajoara. Depois, o Sr. Cristian. (Pausa) Sra. Francine está aí?

A SRA. FRANCINE LAZARETTI – Estou. Bom dia Srs. Vereadores que compõem a Mesa nesse dia. Meu nome é Francine, sou arquiteta e urbanista. Sou autônoma, não estou representante nenhuma entidade, mas hoje vou despir-me da minha profissão e falar, apenas, como moradora do jardim Marajoara. Moradora da borda do bairro.

Falarei sobre as vias que margeiam o jardim Marajoara, mais especificamente sobre o trecho da Manoel dos Reis Araújo e da avenida Ministro Álvaro de Souza Lima, sendo que esta última tem apenas 30% de sua extensão dentro do jardim Marajoara. Para quem não o conhece, o bairro sofreu muitos anos com o trânsito que o permeava, trazendo, por inúmeras

vias coletoras, o tráfego para a Ministro Álvaro de Souza Lima, a única via que corta o bairro e faz a ligação para milhares de pessoas nas proximidades.

Esse problema foi parcialmente solucionado, pois um grupo de pessoas juntas movimentou-se e conseguiu juntar a entrada e a saída do bairro em uma única via, que antes já servia somente para a entrada. Esse grupo também criou artifícios para reduzir as velocidades nas vias.

Isso foi muito bom, pois trouxe, novamente, condições de moradia que estavam perdidas há muito tempo. Hoje, é comum andar pelo miolo do bairro e encontrar pessoas exercitando-se ao ar livre, passeando com seus cachorros, bem como ver crianças de bicicletas e skates.

Porém, para que isso acontecesse, houve um sacrifício necessário. A condição dos imóveis de borda que já era ruim tornou-se insustentável. Muitos moradores abandonaram seus imóveis e grande parte deles está à venda há bastante tempo, com valores muito abaixo da média de mercado da região, o meu inclusive.

Finalmente, o corpo técnico da Subprefeitura percebeu as necessidades de uma região: não há condições de criarmos uma bolha para o jardim Marajoara habitar. E, para que se mantenha esse paraíso de se viver hoje, é necessário enxergar que a evolução venha em boa hora, contendo um movimento de degradação que pode se estender além da borda, ao passo que esses imóveis se deteriorem.

Encurtar a distância é um discurso do mundo moderno, onde é preciso entender que uma cidade sem transporte de qualidade, com altíssimo grau de poluição, deve tentar minimizar, ao máximo, os deslocamentos de carro, priorizando sempre o possível para que se possa fazer a pé. Por que não sair para passear com seu cachorro e aproveitar para passar na padaria e na farmácia?

É chegada a hora de nos afastarmos e olhar a situação de longe, a fim de perceber que é necessário tratar por igual os moradores. E se, lá no passado, fomos sacrificados para

que o restante do bairro recuperasse a qualidade de viver, hoje pedimos que nos deixem recuperar nossos imóveis. Obrigada. (Palmas)

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Cristia.

O SR. CRISTIAN – Bom dia a todos. Estamos sempre falando de assuntos parecidos. Mas gostaria, hoje, não só falar especificamente do caso do Campo Belo, caso que temos debatido constantemente, e temos apresentado estudos técnicos. Tem um laudo pericial envolvendo uma ação civil pública no bairro, que foi muito claro. Tem um parecer técnico do Ministério Público, a respeito da situação que é mais claro ainda e vem de encontro a tudo que os moradores de Campo Belo têm defendido ao longo dos últimos doze anos. Aproveito o momento para resgatar. Vemos um movimento muito grande em cima de estudos técnicos, engenheiros sendo contratados, arquitetos, urbanistas, mas gostaria de focar um pouco em outro aspecto, o da gestão democrática e da participação popular. Tivemos de nos envolver nessa discussão, no Plano Diretor, porque tentavam colocar dispositivos que iriam impedir essa discussão que estamos que está acontecendo, bem agora. Já conhecemos pessoal que está no mesmo pleito, os movimentos de moradia, tivemos com eles na discussão do Plano Diretor e aproveito o momento para lembrar o Estatuto da Cidade, se não me engano, no Art. 2º, no inciso 2º, diz que um dos objetivos, um dos princípios norteadores da Revisão de Zoneamento, é a gestão democrática por meio da participação popular. Sei que não é muito usual, mas gostaria de pedir neste momento que o pessoal do Campo Belo, pró-Campo Belo, o pessoal da São Benedito, Marajoara, o Movimento de Moradia, e todos que participaram conosco, e para que fique claro, que Santo Amaro tem outra dinâmica. Acompanho as audiências regionais, e podemos ver que alguns casos exigem uma disputa maior. Mas isso aqui é participação democrática, é gestão democrática, é participação popular. As pessoas mobilizadas em um sábado de manhã, em peso, para reivindicar suas demandas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra a Sra. Heloisa Fernando Abiso.

A SRA. HELOISA FERNANDO ABISO – Bom dia a todos. Sou moradora do Alto da Boa Vista, desde 1974, tenho uma escola de dança na Rua São Benedito, desde 1995. Venho trabalhando tranquilamente até que fui surpreendida com a mudança do zoneamento em 2004, que não deixa mais nossos prestadores de serviço continuarem atuando na rua. Agora vejo no PL que somos contemplados com retorno desse zoneamento que já era anterior a essa mudança de 2004. Ressaltando que os senhores falam com relação à redução do uso do automóvel, é uma coisa que a São Benedito, trás para o bairro. Por exemplo, na minha escola tenho várias professoras que vão a pé para o trabalho, vários alunos que usam o serviço da minha escola para poder fazer aula de dança, enfim. Isso é bom, porque não está usando o carro. Gostaria que os senhores revissem, já estamos sendo contemplados, mas que realmente, os senhores votem para que a São Benedito retorne o que foi nos tirado em 2004, sem que fossemos consultados, e na calada da noite, íamos continuar com o zoneamento misto, e tiraram isso de nós. É o que peço.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. José Paulo dos Santos.

O SR. JOSÉ PAULO DOS SANTOS - Bom dia, senhores. Vou ler um resumo de um texto de 1855, formulado pelo Cacique Seattle, da tribo Suquamish, do Estado de Washington. Ele enviou esta carta ao Presidente dos Estados Unidos, Francis Pierce, depois de o Governo ter informado que estaria comprando as áreas dos índios.

“O grande chefe de Washington mandou dizer que quer comprar a nossa terra. O grande chefe assegurou-nos também da sua amizade e benevolência. Isto é gentil de sua parte, pois sabemos que ele não necessita da nossa amizade. Nós vamos pensar na sua oferta, pois sabemos que se não o fizermos, o homem branco virá com armas e tomará a

nossa terra. O grande chefe de Washington pode acreditar no que o chefe Seattle diz com a mesma certeza com que nossos irmãos brancos podem confiar na mudança das estações do ano. Minha palavra é como as estrelas, elas não empalidecem.

Como se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal ideia é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do brilho da água. Como pode então comprá-los de nós? Decidimos apenas sobre as coisas do nosso tempo. Toda esta terra é sagrada para o meu povo. Cada folha reluzente, todas as praias de areia, cada véu de neblina nas florestas escuras, cada clareira e todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e na crença do meu povo.

Não se pode encontrar paz nas cidades do homem branco, nem lugar onde se possa ouvir o desabrochar da folhagem na primavera ou o zunir das asas dos insetos. Talvez por ser um selvagem que nada entende, o barulho das cidades é terrível para os meus ouvidos. E que espécie de vida é aquela em que o homem não pode ouvir a voz do corvo noturno ou a conversa dos sapos no brejo à noite? Um índio prefere o suave sussurro do vento sobre o espelho d'água e o próprio cheiro do vento, purificado pela chuva do meio-dia e com aroma de pinho. O ar é precioso para o homem vermelho, porque todos os seres vivos respiram o mesmo ar, animais, árvores, homens. Não parece que o homem branco se importe com o ar que respira. Como um moribundo, ele é insensível ao mau cheiro.

Se eu me decidir a aceitar, imporei uma condição: o homem branco deve tratar os animais como se fossem seus irmãos. Sou um selvagem e não compreendo que possa ser de outra forma. Vi milhares de bisões apodrecendo nas pradarias abandonados pelo homem branco que os abatia a tiros disparados do trem. Sou um selvagem e não compreendo como um fumegante cavalo de ferro possa ser mais valioso que um bisão, que nós, peles vermelhas matamos apenas para sustentar a nossa própria vida.” (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado, José Paulo.

O SR. JOSÉ PAULO DOS SANTOS - Esse texto já foi resumido mais de três

vezes.

“Proteja a terra como nós a protegíamos. Nunca esqueça como era a terra quando dela tomou posse. E com toda a sua força, o seu poder, e todo o seu coração, conserva-a para os seus filhos, e ama-a como Deus nos ama a todos. Uma coisa sabemos: o nosso Deus é o mesmo Deus. Esta terra é querida por Ele. Nem mesmo o homem branco pode evitar o nosso destino comum.”

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado.

Registro a presença do nobre Vereador Ricardo Nunes.

Tem a palavra o Sr. Marco Aurélio Martinho.

O SR. MARCO AURÉLIO MARTINHO – Bom dia a todos. Meu nome é Marco Aurélio, sou morador do Jardim Marajoara, vou falar sobre a ZCor2, das ruas Ministro Álvaro de Souza Lima e Manoel dos Reis Araújo. São pequenos trechos dessas vias coletoras, que sempre foram vias coletoras, servem tanto aos bairros da região, como há muito tempo passaram a ser uma extensão do corredor Norte-Sul para aqueles que desejam ir ao extremo sul da Cidade a partir do Centro. Por conta disso e de outros fatores a Subprefeitura de Santo Amaro, no início desse processo, apresentou a SMDU a necessidade de classificação deste corredor como uma ZECOR. Esse pedido foi analisado pela Secretaria, enviamos material técnico, e essa necessidade foi atendida. A ZECOR 2 está presente no PL 272. Essa é uma demanda muito antiga dos moradores do bairro que aguardaram por muitos anos até esse momento para que essa distorção fosse corrigida.

Quero chamar a atenção dos Vereadores para o primor com que esse processo foi construído. Participaram vários técnicos, arquitetos, engenheiros locais da subprefeitura, como da Secretária, que puderam afinal associar os princípios necessários presentes para aplicação dessas ZECOR 2, como a impressão dos moradores que conhecem a realidade insustentável da borda do bairro. Todo esse trabalho deve ser valorizado nessa etapa em que o projeto se

encontra e servir como norte para a aprovação dessa lei. Tenho visto algumas associações com pequena representação que contratam profissionais de suposto notório saber para realizarem estudos que possuem conclusão final desfavorável ao uso da ZECOR. Mesmo antes desse trabalho se iniciar.

Assim muitos desses laudos contratados não podem sobrepor-se à análise criteriosa, constante no PL, que foi realizado não por alguém que possui interesse profissional, mas com a colaboração do morador do bairro, que tem sido penalizado durante todos esses anos e que tem o único interesse o resgate do uso possível para esses imóveis de borda. A proteção do nosso bairro não se fará com a manutenção de um muro de pessoas ocupando imóveis de borda sem qualquer condição de moradia. Proteção de ZER não se faz com isolamento, mas, sim, com uso sustentável de interesse do bairro, contudo, gostaríamos de dizer que não podemos mais protelar essa correção e que não desejamos nem mais, nem menos. Solicitamos a aprovação da nossa ZECOR 2.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Elisabete.

A SRA. ELISABETE – Vereador, desculpe-me, mas o meu tempo nem foi usado porque deu problema no vídeo.

- Exibição de vídeo pela Sra. Elisabeth Sedlmayr. Interrupção do vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra agora o próximo inscrito, Sr. Beno Márcio Karlik.

O SR. BENO MARCIO KARLIK – Pode prosseguir com o vídeo, por favor.

- Exibição de vídeo. Aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sra. Mara Bernardes.

A SRA. MARA BERNARDES – Bom dia a todos. Agradeço a presença dos Vereadores, do Daniel, do Subprefeito. O que eu disser só vai repetir o que já foi dito, mas acho admirável a Prefeitura estar escutando a população, o que não aconteceu no passado. Basta olharmos para ver a presença massiva das pessoas que querem a modificação. A Cidade é dinâmica, ela muda, não tem como a gente fechar os olhos à vontade da população. Acho que isso é uma gestão democrática.

No meu caso, sou prestadora de serviços, sou dentista, tenho consultório na Rua São Benedito. A maioria dos meus pacientes vem ou a pé ou de bicicleta. Eu vou a pé ao trabalho. Isso é ser uma cidade mais humana, é o que gente quer. Estou lá há 20 anos, mas há pessoas que estão há 30 anos ou mais. Estamos lá há tantos anos e nunca houve invasão do bairro, sempre se manteve só ali na Rua São Benedito. Então, realmente, não faz sentido não sermos contemplados com a mudança que estamos reivindicando. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sra. Maria Auxiliadora, Presidente da Associação São Benedito Legal.

A SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES MARTINS – Bom dia a todos os participantes, aos Srs. Vereadores, à SMDU, ao Subprefeito. Estou também no Conselho Municipal Participativo, estou Presidente da Associação São Benedito Legal e Coordenadora da Comissão da Mulher Advogada da Subseção de Santo Amaro.

Penso que é um coroamento essas audiências públicas, momento em que a Câmara Municipal, o Município de São Paulo ouvem a população. Tenho dito: não participa quem não quer! Até oficinas em salas para debater, discutir e anotar nós tivemos. Então, a população tem sido ouvido.

Algo para o qual não se pode fechar os olhos – tanto a Câmara Municipal como a Cidade, o Executivo – é a Cidade real, é a Cidade que temos. Não adianta ter um zoneamento que não se aplica em determinado local. O que tem de ser verificado é a vocação de cada lugar. Fico entristecida por ver as pessoas sendo enganadas. Por exemplo, com as faixas no

Alto da Boa Vista dizendo que vão ser erguidos espigões, que a Rua São Benedito será como a Rua Teodoro Sampaio. Isso é mentira, gente! Estou dizendo isso porque aqui há moradores do Alto da Boa Vista que precisam ser esclarecidos porque fomos a essas casas e as pessoas sequer sabiam direito o que estava acontecendo. No entanto, a Rua São Benedito – como bem colocou a Mara – nunca extrapolou para dentro do bairro. A prestação de serviços existe há décadas na São Benedito, e não queremos usos NR3, não queremos indústrias, apesar de que lá não há como se colocar indústrias.

O terrorismo que está sendo feito é absurdo, mas nós respeitamos, nós não fazemos como algumas pessoas, que vão lá e arrancam até nossas faixas. Nós respeitamos, porque isso é um processo democrático. E tanto a Prefeitura como a Câmara Municipal estão de parabéns. Espero que se faça justiça nesta cidade, que se atente para a Cidade real que temos, porque este é um momento histórico fundamental que vive o Município e a Câmara Municipal, de olhar para a realidade. Não adianta haver um zoneamento que não será aplicado. No lugar onde não houve demanda, o negócio não vingará, fecha, morre, essa é a realidade. Se a São Benedito está lá da forma que está é porque tem demanda, e quem usa é aquele bairro. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registro a presença do Sr. Edson Moraes Bueno, assessor do Vereador Natalini, e do Sr. Rafael Carvalho, assessor do Vereador Ricardo Young. Obrigado pela presença.

Tem a palavra o Sr. Carlos Augusto Nascimento.

O SR. CARLOS AUGUSTO NASCIMENTO – Bom dia a todos, nobres Vereadores Gilson Barreto, Paulo Frange, Ricardo Nunes, Valdecir Cabrabom e Sr. Daniel Montandon, que acompanhei bastante na participação anterior. Agradeço por esta participação e por ter escutado a gente lá do Campo Belo. Lembro que o Cabral me perguntou se não poderia ser um zoneamento intermediário. Nós nos unimos, falamos com ele, em uma reunião realizada aqui, e explicamos que o bairro necessitava de uma mudança para o zoneamento misto, o que

foi atendido. Para os Srs. Vereadores, chegou a informação de que pedimos zoneamento misto para o bairro do Campo Belo. Mas, nós, moradores, estamos muito preocupados, porque o bairro está totalmente abandonado, com casas sem utilidade alguma. Com o zoneamento misto, essas residências serão ocupadas, e a lei permite essa mudança de zoneamento.

Tenho certeza de que os Srs. Vereadores terão orgulho em poderem falar: “Nós fizemos algo para salvar esse bairro”.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Décio José de Lima.

O SR. DÉCIO JOSÉ DE LIMA – Bom dia a todos.

Participei das primeiras audiências públicas. Já estamos concluindo todo esse processo e tiramos algum aprendizado disso. Um deles é que as pessoas, hoje, procuram ter um maior conhecimento sobre onde vivem e o que acontecerá com aquilo. Fico muito feliz ao ver a comunidade organizada, porque demonstra que a nossa sociedade, hoje, tem um padrão de democracia muito melhor.

Aproveitando o ensejo, gostaria de apresentar uma reivindicação de, mais ou menos, 800 famílias – que não são de Santo Amaro, são de outra região, mas que essas audiências públicas nos permitem apresentar – que moram na Rua Maria Trevisani, próxima à Avenida dos Funcionários Públicos. Aquela área era denominada como Zepam e que, há mais de um ano, está descaracterizada com moradias irregulares. Essas 800 famílias têm nos procurado para que viabilizemos a regularização das moradias, porque elas querem ter as suas escrituras, querem construir, querem ter dignidade. Para ter moradia com dignidade é necessário que haja a regularização, e é isso que elas estão pedindo.

Portanto, Srs. Vereadores, era esse o meu pedido.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Paulo Roberto Silva Santos.

O SR. PAULO ROBERTO SILVA SANTOS – Sou morador da Cidade Ademar e faço parte do Conselho Participativo da região.

Primeiro ponto. Gostaríamos que a reunião devolutiva não acontecesse a oeste da região Sul. Pedimos para que essa reunião aconteça no centro da região Sul, porque nós que

moramos mais à leste da região Sul temos uma grande dificuldade de locomoção para o Campo Limpo.

Outro ponto. Pedimos para que o Jardim Prudência continue sendo uma ZER, com ZCorr na lindeira. Gostaríamos, também que houvesse a construção do Residencial Espanha, na região da Pedreira, porque isso será fundamental para a borda da represa: teremos moradia e um parque no local.

Outro ponto. Sou a favor da legalização da São Benedito, porque aquele é um espaço que uso. Sou sócio do Clube Banespa e também uso os benefícios que a São Benedito têm.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Rafael Carvalho.

O SR. RAFAEL CARVALHO – Bom dia.

Parabéns a todos pela mobilização. Trago a minha contribuição e a do gabinete a respeito da discussão que estamos tendo o sobre a Rua São Benedito.

Hoje, temos a situação da ZCorr de um lado e a Zona de Centralidade de outro. Em cima disso, o que não queremos para o lado ímpar? Acreditamos que não é necessária a verticalização, mais impermeabilidade, usos incômodos da vizinhança, usos industriais e também a ilegalidade dos usos que já estão lá. Então, em cima dessas premissas, o gabinete tentou trazer um estudo visando o avanço dessa discussão, para que não fiquemos somente na polaridade.

Então, o PL traz a verticalização do gabarito 28, que é possível; você tem os usos incômodos, porque você tem o NR3, que é previsto em Zonas de Centralidade; usos industriais, os níveis A e B, onde o nível de ruído é maior, garantindo a legalidade dos usos.

Portanto, o nosso estudo foi no sentido de tentarmos avançar para o que gostaríamos: que é garantir a legalidade e atender aos outros itens. Com isso, fizemos o levantamento de todos os usos e possibilidades. Também lembramos a todos que a taxa de ocupação tem de ser corrigida na ZCorr-2 e na ZCorr3, para que poderemos trabalhar com um mesmo número ali.

Em cima disso, a nossa proposta é que tenhamos, também do lado ímpar, a ZCorr-3. Isso porque a Zcorr-3, porque ela atende a todos os usos que estão ali. Além disso, temos alguns ganhos, porque não temos a verticalização, porque trabalhamos com gabarito de 10;

não temos os usos incômodos, porque só podemos o NR1 e o NR2, que são os usos que estão ali; o nível de ruído é menor e também garantimos a legalidade. Por isso que a nossa proposta tenta ir além, no sentido de atender também o que já foi atendido e ganhar mais alguns pontos que acreditamos possíveis.

A nossa proposta é só uma conversa. Apresentamos tanto para as associações de bairros como para a São Benedito Legal. O nosso gabinete está aberto para podermos trabalhar.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Roberto Teixeira Vasconcelos de Oliveira, do Movimento de Moradores da Operação Urbana Água Espraiada.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA VASCONCELOS DE OLIVEIRA – Na verdade, sou do Brooklin e tenho uma atividade no Jardim Aeroporto, que faz parte da Subprefeitura de Santo Amaro.

A nossa proposta vai muito na linha de pensamento do pessoal da Rua São Benedito e do Campo Belo, do zoneamento cair na realidade da Cidade, a gente parar de achar que vai conseguir fazer uma lei e a lei mudar a realidade.

Além disso, a nossa proposta é avançar um pouco mais. A Prefeitura conseguiu mandar um PL muito bom para a Câmara Municipal, mas acho que a Zona Mista no caso, por exemplo, das regiões que fazem parte de uma Operação Urbana como a Água Espraiada, e estão se desenhando mais quatro operações urbanas, eu, que moro há quinze anos e agora o meu vizinho de trás é um edifício de 26 andares, 230 apartamentos, todo dia de manhã ele me acorda pontualmente às 6h30, inclusive aos sábados, então eu acho que a gente tem que cair de novo na realidade e fazer o quê? Transformar a Zona Mista no Campo Belo, lado direito do córrego Água Espraiada, e no Brooklin Novo também lado direito. Ouviu, Regina Monteiro, nada a ver com o lado esquerdo, que é o lado mais Zona Exclusivamente Residencial; os lados que já foram completamente verticalizados, fazer com que eles venham na direção do que a Prefeitura quer, e acho que boa parte do que o pessoal que está aqui quer, que é ZEU e ZEUP.

O Governo Federal e o Governo do Estado estão fazendo investimentos bilionários

em metrô na nossa região e, se a gente continuar simplesmente como Zona Mista e não ZEU e ZEUP, a gente vai deixar a... O recurso da Operação Urbana Água Espreada já esgotou. Se a gente quiser gerar novos recursos para HIS para o pessoal do fundão lá, que eu estou vendo que inclusive é de outras subprefeituras, a gente sai da amarração da operação urbana, que só consegue tirar dinheiro de regiões ricas e aplicar nas próprias regiões ricas, e conseguir tirar dinheiro das nossas regiões ricas e aplicar em HIS e em mobilidade urbana em regiões que nunca vão ter operações urbanas. Essa é a lógica do Plano Diretor Estratégico, essa é a lógica do Estatuto da Cidade e que a gente gostaria de ver implantada agora dentro desse novo zoneamento.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Tao Inq Miin

A SRA. TAO INQ MIIN – Bom dia. Sou moradora do Campo Belo e também venho solicitar a mudança do zoneamento de ZER para Zona Mista, porque a gente está ao lado do Aeroporto de Congonhas e esse aeroporto traz muito fluxo de pessoas. Outra coisa é que o bairro está sofrendo desertificação, tem muitas casas abandonadas, invasão de casas e a gente não quer isso. Então é a minha solicitação. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – Sou Presidente da Confe São Paulo Trabalho e Empreendedorismo.

A cidade de São Paulo, maior metrópole do Hemisfério Sul, 12 milhões de habitantes, 8,8 milhões vivem em área rural. De 1988 para cá 53% da indústria e 32% do comércio saíram da Cidade, fecharam as portas por falta de políticas públicas para esses empreendimentos que são grandes fontes de geração de renda e emprego. Além disso, temos cerca de 1,2 milhão, que totalizam 4,323 milhões de pessoas, morando em área desumana. Isso significa que um terço da sociedade paulistana hoje vive em favelas, cortiços, áreas contaminadas e outras ocupações irregulares.

A nossa tese, além das cotas ambientais que apresentamos nessa lei, é a regulamentação fundiária, a reforma urbana, a outorga de títulos de propriedade para todas essas famílias, a regulamentação do emprego. A atual lei (ininteligível) travou toda a Cidade e (ininteligível) atual é a regulamentação do emprego desses estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços na Cidade, para retomada da economia e do emprego na cidade de São Paulo.

É preciso ficar vigilante, porque São Paulo tem um PIB 436 bilhões de reais. Só que ao longo dos anos políticos ladrões têm desviado de 10% a 12% do PIB. Inclusive o atual presidente da Câmara, junto com o José Américo, que é Secretário de Relações Governamentais, disse que o acordão, numa reunião que eu estava investigando, era que o Haddad roubaria 30 bilhões e o esquemão junto com a Dilma, a Dilma roubaria mais 145 bilhões. É tanto que uma operação truculenta e armada, que eu não reagi, que eu tenho preparo para ter desarmado o sargento inescrupuloso, mas com três “gambé” eu fui atacado dentro da própria Câmara Municipal, me roubaram seis mil reais e vários documentos das instituições, a mando desses dois ladrões, num esquema sujo, assim transformando aquela casa de leis num verdadeiro tribunal de assassinos, onde eles roubam, pegam dinheiro roubado, perseguem as próprias vítimas e julgam as próprias vítimas.

Era o que eu tinha para dizer e obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Mauro Scarpinati.

O SR. MAURO SCARPINATI – Meu nome é Mauro Scarpinati, estou aqui representando um coletivo de organizações da sociedade civil e vou ler resumidamente o manifesto que nós produzimos e que está disponível na internet, no *site* espaço.org.br.

Todos sabemos que estamos vivendo a pior crise de abastecimento de água de que se tem notícia na cidade de São Paulo e na Região Metropolitana. Todos sabemos que as áreas de proteção aos mananciais em São Paulo foram e continuam sendo ocupadas por um perverso processo de especulação imobiliária que beneficia meia dúzia de gente endinheirada

em detrimento do interesse de toda a população.

Por isso nós produzimos um manifesto com alguns pontos. Primeiro, nem uma Zona Especial de Proteção Ambiental a menos; nem uma Zona Especial de Interesse Social a menos; manutenção dos limites das áreas rurais; apontamento em mapa, no PL, das áreas indígenas; aprimoramento do capítulo que trata da implantação de equipamentos públicos em áreas verdes; ampliação das Zepam nas áreas produtoras de água como a Bacia do Guarapiranga, a Bacia da Billings, do Capivari-Monos, a área do entorno da Cantareira, do Jaraguá e do Rodoanel Trecho Norte; nenhum empreendimento com potencial gerador de impacto socioambiental nas áreas de Mata Atlântica e produtoras de água, como o malfadado aeroporto de Parelheiros que estão querendo fazer passar e ressuscitar agora, um aeroporto que muita gente não sabe que é um aeroporto privado, que não vai servir para a região de Parelheiros e que acenam com o aeroporto com a possibilidade de gerar emprego, e não é verdade isso. Na verdade vai expulsar a população de Parelheiros para as áreas produtoras de água mais ao fundo. Pior: querem botar um aeroporto ao lado do principal manancial da Região Metropolitana de São Paulo, ao lado da represa do Guarapiranga. Isso não está sendo dito. Falam contra as ocupações dos movimentos por moradia, que não devem ser toleradas, só que não se fala contra aeroporto de Parelheiros, não se fala contra grandes obras, como o Rodoanel.

Esse manifesto, volto a dizer, está disponível na internet, e eu tenho algumas cópias aqui. Ele está assinado por mais de 50 organizações da sociedade civil de São Paulo e por pessoas da sociedade civil.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Corinta Tereza.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vou dar um minuto a ele depois.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Então depois.

Tem a palavra a Sra. Sílvia Leite.

A SRA. SILVIA LEITE – Obrigada. Bom dia a todos.

Gostaria de fazer referência ao 8º Simpósio, que aconteceu na semana passada, onde esteve presente o nosso Vereador Paulo Frange. Nesse simpósio de construção da sustentabilidade, ou seja, promovido pelo Conselho Brasileira da Construção Sustentável, o nosso Vereador defendeu as cotas ambientais, e agradeço muito à sua defesa em nome da saúde humana.

Infelizmente, as construtoras não veem a cota ambiental por esse ângulo, e deveriam se ater àquele princípio legal do poluidor pagador. Devemos ir em frente com essa cota ambiental, e agradeço até a explanação do Sr. Daniel, na ocasião. E realmente é algo que não pode ser tirado do texto.

Quanto ao bairro Campo Belo, do qual faço parte, venho aqui falar também do nosso córrego Espraiada, que também tem sido justamente a mudança de um zoneamento no passado, na Rua Gabriele D'Annunzio.

Era uma não comercial. Era uma rua extremamente residencial, numa subida onde atualmente estão prédios de 25 andares, cada qual com cinco vagas, e o lençol freático, que acompanha essa subida, também está sendo vitimado pela retirada constante de água. Estamos, por exemplo, na esquina da Rua Gabriele D'Annunzio com Barão de Jaceguai, com um prédio que está há três semanas com um caminhão retirando água do subsolo. E a gente questiona a sustentabilidade disso para o futuro.

Então venho solicitar que o zoneamento seja feito de forma real, ou seja, onde há o comércio, o comércio, mas, onde há as residências, por exemplo, em torno da Igreja da Nossa Senhora de Guadalupe, que se mantenha ainda o mínimo de residências para termos o equilíbrio no Campo Belo. Não podemos, por uma questão de saúde, adensar o aeroporto da forma que tem sido feito.

Nesse sentido, se quiserem dar uma olhada mais concreta e mais elaborada, através de um engenheiro urbanista, tem o trabalho do Dr. Diego D'Olvídio, que está na internet, no link *Aeroporto de Congonhas – Áreas Verdes*. Esse trabalho é muito interessante, porque ele fala justamente do excesso que se tem de movimento, pelo adensamento, em torno desse aeroporto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Vigilene da Silva Graça.

A SRA. VIGILENE DA SILVA GRAÇA – Bom dia a todos, bom dia à Mesa.

Venho falar justamente sobre o entorno do aeroporto, do adensamento, mas vou falar um pouco diferente da minha amiga, que é a minha colega.

Eu sou conselheira participativa da Subprefeitura de Santo Amaro, sou moradora do Campo Belo.

Tem uma lei de 2004, a Lei 13.885. Quando eu fui para o Campo Belo, a região em torno do aeroporto, da Conde de Porto Alegre até a Baronesa de Bela Vista, na paralela com a Washington Luís, e da Vieira de Moraes até a Bandeirantes, tudo ali era o entorno do aeroporto. Aquela região sempre teve o comércio, mas era um comércio de prestadores de serviço que vive em função do aeroporto de Congonhas. Ali era o comércio do Campo Belo, há 30 anos. O que aconteceu é que em 2003, com o Plano Diretor, ali foi transformado em zona totalmente residencial. Só que, em 2004, a Lei 13.885 veio corrigir essa situação, porque o comércio continua, porque vive realmente em função do aeroporto de Congonhas. Se a pessoa realmente não quer o comércio lá, teria que sair o aeroporto de lá, e isso, pelo visto, é uma utopia. Até seria interessante se o aeroporto de Congonhas saísse de lá. Aí realmente poderíamos ter mais verdes, e poderia ser totalmente residencial. Mas, enquanto o aeroporto estiver ali, o comércio vai continuar. E outra coisa: não é só o comércio, o emprego. Tem muitas famílias que dependem do emprego, do comércio, dos prestadores de serviço, inclusive cada bairro tem que ter a sua vida própria, e ali tem muito comércio que serve o Campo Belo no geral. Eu fui a primeira a defender a Jesuíno Maciel, porque o zoneamento do Campo Belo é muito complicado. São 48 quadras bloqueadas, que o comércio lá é totalmente clandestino, não tem alvará, inclusive trazendo prejuízo para a Prefeitura, porque não arrecada impostos. Inclusive, em torno do Campo Belo, a maioria do comércio não está regularizado porque não tem condição de regularizar. Eu sou a favor que cada bairro tenha a sua vida própria. A Benedito, a Jesuíno Maciel. (Palmas)

Sei que tenho pouco tempo para falar, mas a mobilidade urbana está ligada justamente com a vida própria de cada bairro. Sou a favor de que todo o bairro tenha o seu comércio, para que não se precise ficar indo para o centro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero ouvir a mensagem do nosso Subprefeito de Santo Amaro, Sr. Valdeci Malagosini,

O SR. VALDECI MALAGOSINI – Bom dia, Sr. Presidente Gilson Barreto, Relator

Paulo Frange, Vereador Ricardo Nunes, arquiteto Daniel.

Quero fazer um parêntesis aqui para o Daniel: nas audiências públicas do Executivo ele vinha de moto. Veio de moto hoje, Daniel? Falei: “você não pode andar de moto, moço, que você tem tanta informação acumulada nesse Plano Diretor que a moto é muito perigosa”. Então, pelo amor de Deus. Tá, criou juízo.

Brincadeiras à parte, quero agradecer aos funcionários da Subprefeitura que também estão ajudando na viabilidade dessa audiência pública, e aos técnicos presentes – a pedido do nosso presidente, eu convoquei e eles estão aqui. Agradeço ao Dr. Sidney Latorre, do Senac, pela cessão do espaço. Sempre que a Subprefeitura precisa, eles estão aqui para nos ajudar. Agradeço à imprensa local, que é muito importante para o debate democrático sobre a nossa região, levando a outras pessoas o que aconteceu aqui. Então temos uma imprensa local muito pujante.

Estamos à disposição de vocês, munícipes, a Subprefeitura à disposição, inclusive lá no Gabinete, com o Engenheiro Cabral - que é uma pessoa também que conhece muito do zoneamento da região e dessa discussão; o Engenheiro Gilberto Ulanin, também presente aqui, pode tirar dúvidas de vocês. Não é, Ulanin? Já deixo à disposição de todos vocês.

E gostaria de fazer um convite a todos: hoje está acontecendo, na Subprefeitura de Santo Amaro, a I Virada Animal, ali na Avenida Professor Alceu Maynard Araújo. Então está acontecendo neste momento. É um pleito também do Conselho Participativo aí dos protetores dos animais. Hoje e amanhã está acontecendo lá. É um local agradável aquela Avenida Professor Alceu Maynard Araújo. Assim, estão todos convidados. E parabenizar todos vocês que estão aqui num sábado de manhã meio chuvoso, participando intensamente das discussões do Plano Diretor que vai nortear nossa cidade nos próximos 14, 15, 20 anos.

Agradeço ao Presidente, novamente, pela condução dos trabalhos, e parabenizar todos vocês pela participação. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado, Valderci.

Quero agradecer à Gazeta de Santo Amaro, *Revista Sajama*, *Revista Ideias da Sul*, *Revista Sintonia*, TV Câmara, *Jornal Notícias da Região*, Assessoria de Imprensa da Subprefeitura de Santo Amaro, à TV Globo - que tem feito todo o trabalho, inclusive de

divulgação, sem receber um centavo, esse é um trabalho social que eles estão fazendo. Então gostaria de deixar registrado que a Bandeirantes também tem coberto uma parte.

Quero ouvir a mensagem do combativo Vereador Ricardo Nunes. (Palmas)

O SR. RICARDO NUNES - Obrigado, Gilson.

Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Daniel aqui, que representa lá a Prefeitura; nosso Presidente Gilson Barreto; nosso Relator Paulo Frange; nosso Subprefeito Valderci Malagosini.

Quero dizer da alegria de estarmos nessa discussão intensa. Você sabe que, no ano passado, quando fomos discutir o Plano Diretor, Daniel, nós tínhamos lá no artigo 13 um dispositivo que não permitiria esse debate hoje. Lembro-me muito bem como toda hora ia lá ao meu Gabinete a Dora, o Christian, o Marco - toda hora, toda hora, toda hora -, e o quanto que foi... Não estou reclamando, não, só estou contando para mostrar para as pessoas o quanto vocês foram ativos, assim como várias pessoas que aqui estão. Então, o quanto foi importante, lá no Plano Diretor, podermos ter feito alteração daquele artigo 13 - lembra, Daniel? -, porque, se não tivéssemos alterado o artigo 13, aí, quando fiz aquela emenda, ela possibilitou ter toda essa discussão aqui com relação à Zcor ou não. Então, o quanto é importante a participação de vocês, que uma coisa vai desencadeando a outra, não é? E hoje estamos aqui discutindo a questão da Lei de Zoneamento que, tenho certeza, vai ser um projeto - a ser relatado pelo Vereador Paulo Frange - muito bom para a Cidade. Aquilo que a gente escuta bastante, e tem a maioria opinando como é que deve ser feito, com certeza vai ter um bom resultado.

Vi aqui algum debate falando de aeroporto e não sei o quê. Não é só a CET que gera emprego, não. A CET, porque há gente que está na CET, então está tudo bem? A gente precisa tratar de emprego para alguns setores.

Queria deixar mais enfatizada essa questão de que temos de trabalhar para ter um zoneamento real, gente. Tem de ser real. Ninguém vai imaginar que você vai colocar uma situação... (Palmas) que você vai ter a Lei de Zoneamento como a criação de uma varinha

mágica que vai falar o seguinte: "Esse Comércio, tchum, sai; esse sai". Não funciona assim. Temos de ter um trabalho realmente de que não haja incomodidade e as pessoas que defendem a Zcor têm de ter consciência disso, não é? A gente tem de ter uma relação boa para todos os lados e, assim, se consegue fazer um bom zoneamento.

O legal é como essa Gestão tem feito, Daniel, o diálogo. Quantas e quantas e quantas audiências do Plano Diretor e agora! Semana passada mesmo, aqui, tivemos uma audiência pública para discutir se ia ser rua aberta aqui essa rua. Foi decidido - não é, Subprefeito? - que não será aqui nessa rua a rua aberta. (Palmas) Então era uma proposta que foi colocada.

E agradecer muito, em especial, aqui ao pessoal da Subprefeitura de Santo Amaro. O Engenheiro Cabral estava lá no M'Boi Mirim em uma situação confortável e nós falamos: "Cabral, nós temos uma questão de zoneamento muito complicada lá. Venha para a Sub de Santo Amaro para nos ajudar. Eu e o Cabral temos feito um trabalho, junto com o Valdecir e toda a equipe, muito bom. (Palmas)

Obrigado por ter aceitado vir para cá. Eu acho que foi muito bem acolhido, pelo que estou vendo. (Palmas)

Agradeço ao Sidney, do Senac. Nós temos agora, como o Valdecir falou, a 1ª Virada Animal, que a Cris Freire ajudou a organizar juntamente com a subprefeitura. A 1ª Virada Animal da cidade de São Paulo está acontecendo agora, hoje e amanhã. Vai estar lá a Luiza Mel e vai ter degustação de comida para animais. Vai ser lá na Rua Dr. Alceu Maynard, hoje e amanhã.

No dia 8, às 15h, na Câmara Municipal de São Paulo, vamos ter outra audiência pública também para discutir uma realidade da Cidade: a questão dos locais de culto. Então, para vocês que defendem a Cidade real, nos ajude a discutir como a gente cuida dessa questão de locais de culto.

No demais é parabenizar muito o Gilson Barreto, que está correndo a Cidade

inteira; assim como o Paulo Frange. São pessoas maravilhosas e é de vereadores assim que a gente precisa na cidade de São Paulo.

Obrigado a todos. Parabéns a vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Falei com o Daniel e o Dr. Paulo e eles cederam um tempinho para alguns munícipes passarem uma última mensagem.

Tem a palavra a Sra. Julia Lenei.

A SRA. JULIA LENEI – Agradeço por esse um minuto que me foi concedido. É só para reiterar o nosso pleito pela Rua Jesuíno Maciel mais uma vez, que seja feito um zoneamento único na rua, que, como eu já disse outras vezes, é uma rua que começa na Avenida Washington Luís e depois cruza a Vereador José Diniz, a Avenida Santo Amaro, depois muda de nome e termina na Marginal Pinheiros. Já tem muitos empreendimentos acontecendo nessa rua, então, o nosso pleito é que, não só nessa rua, como em outras muitas ruas que tem no Campo Belo, o comércio seja de fato priorizado; respeitando a questão ambiental, mas que possam ser feitos empreendimentos nessa rua como são feitos no começo dela, pois são só três quarteirões de diferença.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Milton Lenzi.

O SR. MILTON LENZI – Sou morador do bairro Campo Belo há precisamente 36 anos. Nesses anos todos, a gente esteve envolvido numa busca de melhoramentos para o nosso bairro. Podemos nos congratular, porque o Campo Belo sempre foi ouvido na Câmara Municipal em todos os governos. Nós sempre estivemos presentes e democraticamente unidos pela nossa associação, e eu quero vir hoje de público dizer que o Campo Belo está realmente unido. Como vocês viram na chamada do Christian, nós estamos aqui participando de todas as audiências e estamos coroadando este trabalho, agradecendo a Câmara Municipal e os vereadores pela lei de mudança do código 13, que permite que eles venham nos ouvir. Então,

estamos de parabéns.

Quero agradecer a todos e dizer que o Campo Belo apoia realmente esse projeto, que é democrático e legítimo. Que ele seja votado e que todos nós possamos comemorar em breve.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Adriana Ribas.

A SRA. ADRIANA RIBAS – Bom dia. Gostaria de falar em nome da Chácara Santo Antônio e dos moradores de lá, um bairro com características especiais, com uma fauna e flora ainda privilegiada, além de lençóis freáticos que não permitem um adensamento como vem sendo proposto. Por isso nós pleiteamos que o zoneamento misto de baixa densidade seja mantido na Chácara Santo Antônio, para que os moradores possam preservar suas residências e o bairro possa preservar o comércio local como ele é atualmente. A gente não precisa de mais adensamento.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Gilson Alves.

O SR. GILSON ALVES GARCIA – Bom dia a todos. Sou do Movimento de Moradia Terra Prometida, da região do Jardim Vera Cruz e também sou presidente da Associação Periferia Ecologicamente Correta. A gente acredita que os projetos de meio ambiente realmente têm que acontecer, mas dentro da periferia, porque quem mora perto do meio ambiente somos nós, que moramos no fundão desta cidade.

Vejo muito falta de vontade política hoje em dia. Infelizmente eu não me sinto contemplado por esta gestão por vários motivos. Nós lutamos para a duplicação da M'Boi Mirim, para não tirar as linhas da M'Boi Mirim, lutamos para a construção de moradias lá, mas não queremos moradia de qualquer jeito, não, como ocorre hoje na Cidade, mas uma moradia que seja discutida com a população.

Queremos parque também. Queremos tudo de bom que nós merecemos, mas eu

sinto que esta gestão divide o povo. “Para ter moradia, não pode ter parque”, ou “para ter parque aqui, não pode ter moradia”. Eles não querem fazer o que o povo quer. Existe uma regra e tem que ser daquele jeito. Isso é muito triste para a gente.

Nós do M’Boi Mirim não temos nada lá. Lá é ruim para os médicos irem trabalhar. Então, falta médico. Falta professor. “ah, mas não tem casa apropriada para fazer creche”. Então, não tem creche. Caramba!

Do outro lado da ponte, não conseguimos casas lá. Então, é difícil para a gente que mora na periferia, no fundão dela. Nós estamos hoje numa área que foi indicada no Plano Diretor para ZEPAm e nós gostaríamos que nessa área fosse feita uma extensão para as ZEIS. Não queremos toda a área. Nós indicamos essa área para parque, mas um pedaço dessa área já tem 800 famílias. Como, então, vão fazer ZEPAm?

É uma situação muito difícil que divide o povo do fundão.

Desculpe ter me estendido. Obrigado, companheirada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Mariesa de Camargo.

A SRA. MARIESA DE CAMARGO – Bom dia a todos. Sou da Chácara Santo Antônio e quero dizer para vocês que zoneamento real é também respeitar lençol freático e respeitar as residências e moradores que lá já existem. Então, nós queremos um zoneamento misto de baixa densidade. Temos o mesmo problema que o pessoal do Campo Belo: drenando o solo direto, constantemente. Ou seja, o péssimo uso da nossa água, que está faltando e vai faltar. Precisamos de uma avaliação real do meio ambiente e do que os moradores querem.

As construtoras lesam os imóveis residenciais, que estão rachando, não aguentam, e o bairro não tem largura de rua própria para torres de 25 metros e 30 andares; o bairro não suporta. Então, Zona Mista para a Chácara Santo Antônio com predominância de residências. Comércio tudo bem, mas não pode mais construir aquelas imensas torres que tem lá.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Osvaldir Freitas.

O SR. OSVALDIR FREITAS – Bom dia. Obrigado, Presidente Gilson e Relator Paulo Frange. Nós somos um movimento de moradia da Vila Missionária, Cecasul.

Nós acompanhamos algumas lutas aqui e queremos, primeiro, declarar o nosso apoio à luta do pessoal da São Benedito, do Campo Belo, que é uma luta justa de muitos anos. Nós somos solidários e acompanhamos a luta de vocês. Nós estamos fazendo uma luta, nós pedimos o apoio e reiteramos, Vereador, que o projeto Residencial Espanha é fundamental para a nossa região. Diferentemente de como alguns falam, ele beneficia moradores da região; são moradores que vão ser deslocados, removidos da margem de córregos para recuperação da Billings. Nós queremos a recuperação da Billings e somos favoráveis ao parque onde hoje é um descampado, como alguns conhecem, usado para consumo de drogas. Há duas semanas, ocorreu a desova do corpo de uma mulher nesse descampado. Queremos aquele local para moradia digna para pessoas da nossa região, Cidade Ademar, Missionária, Pedreira e para recuperação da Represa Billings.

Esse é o nosso recado. Bom dia.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por último, tem a palavra a Sra. Janete Borges.

A SRA. JANETE BORGES – Bom dia, senhores. (29)

Bom dia, senhores. Sou Janete, nasci no bairro de Santo Amaro e moradora da Rua São Benedito há 20 anos. Estou aqui para falar da ZCor-3 e Zona de Centralidade para a Rua São Benedito.

Essa proposta da Prefeitura é simplesmente para estender o Largo Treze para a Rua São Benedito. Paralelo à Rua São Benedito, nós temos a Av. Adolfo Pinheiro; a segunda é a Av. Santo Amaro, que termina na bifurcação de outros dois corredores: Rua Dr. Antônio

Bento e Av. João Dias. Sentido Moema, ela bifurca com a Av. Vereador José Diniz, outro corredor.

Transformar a Rua São Benedito numa ZCor-3 e Zona de Centralidade interessa a quem? Por favor, senhores, para regularizar a situação dos comerciantes locais, dos prestadores de serviço, não há necessidade de um zoneamento tão permissivo que possa degradar a região do Alto da Boa Vista. Uma ZCor-1 contempla a grande maioria, se não 100%, 99,9%, um zoneamento que seja bom para moradores e comerciantes.

Sou síndica há 13 anos no meu prédio e represento os moradores também. Então estou falando em nome de muita gente. Um zoneamento que seja bom para todos!

Muito obrigada. (Palmas)

- Vaias na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem. Pessoal, todos têm o direito de se manifestar, de falar o que quiser.

Hoje estamos completando a 38ª audiência pública do zoneamento. Na segunda-feira, teremos outra para o pessoal excedente da Lapa e de Pinheiros, que não foi contemplado nas audiências por excesso de público. E outras pessoas que também quiserem participar, a audiência será na segunda-feira, às 19h, na Câmara Municipal; e na quinta-feira, às 15h, no plenário da Câmara Municipal, a audiência pública para os movimentos religiosos.

Posteriormente, anunciaremos as demais audiências.

Tem a palavra o Dr. Daniel.

O SR. DANIEL – De forma semelhante ao que foi a audiência temática de ZER, eu gostaria de parabenizar a mobilização que existiu não por um lado, ou por um determinado grupo, mas focando a discussão nos argumentos. Isso é muito importante. Vou fazer uma ponderação muito rápida sobre essas questões.

E o segundo ponto que eu queria reiterar é que, em todos os momentos, o Executivo fez um debate, além de ter sido bastante participativo, muito transparente no

processo. Todas as nossas decisões, o que nós consolidamos, ficou disponível na internet, nós dávamos devolutivas.

Eu acho que é fundamental no processo de construção do substitutivo, eu tenho certeza de que o Paulo Frange vai conduzir nesse sentido. A ideia é que trabalhem com transparência naquilo que for ajuste, seja de cartografia ou de texto. Tenho certeza de que o substitutivo vai na linha do debate com transparência levando em conta o que foi tratado na etapa anterior.

Foco minha fala em questões de fundamento porque todas as nossas decisões partiram de fundamentos. Quando falamos da Zona Corredor, há uma questão levantada, por exemplo, pelo grupo de moradores da Rua Estados Unidos quanto à geração de tráfego, porque diversifica o uso do solo. Por outro lado, como foi demonstrado hoje, o uso do solo quando há mais volume de tráfego, quando há intensidade, quando há veículos circulando, gera uma incomodidade e chama o uso do solo mais diversificado. É ruim ter uma casa em rua que há muito barulho.

Quero reiterar, pois já foi citado, que não é uma ciência exata que vai definir essa questão. Exemplo: quando calculamos cota ambiental utilizamos o método racional para pra função drenagem, quer dizer, toda água que entra, cai no lote e imaginamos que essa água vai para o sistema de drenagem ou parte dela infiltrada no solo. Não vamos aplicar o mesmo raciocínio para todo mundo que for em comércio em ZCor vai de carro. Isso não é verdade e se não é verdade significa que ZCor não é grande geradora de tráfego. Esse ponto é fundamental porque se resolvermos não diversificar o uso do solo porque é gerador de tráfego, isso não é verdade porque estamos em momento de mudança de cultura. As pessoas vão mais a pé nessas áreas, é um comércio de vizinhança, está na definição do que é o NR-1 e o NR-2. Chamo atenção pra isso porque é muito importante para definirmos a tipologia de ZCor e a incidência de ZCor com a ZER. É uma questão de fundamental.

Outra questão de fundamento – não tem a ver com ZCor, mas reverbera em ZCor –

é que o uso do solo diversificado ajuda a reduzir deslocamentos. As pessoas não vão precisar pegar carro para ir à padaria. Vejo muito o pessoal do Morumbi fazendo essa crítica, para comprar pão, cigarro tem que ir de carro.

Outra questão é que a diversidade do uso do solo ativa melhor o espaço público. Há uma relação melhor da dinamização do espaço público que contribui muito com a questão da Segurança. Ouvimos uma discussão em Vila Mariana: ao diversificar o uso do solo, vai gerar insegurança. Tem gente que não, se diversificar o uso do solo vai haver mais segurança, vou ter mais gente circulando.

Chamo então a atenção para o fundamento, pois ele é fundamental, são os princípios que vão balizar a modelagem dessas zonas. Eu acho que a tipologia que aí está é suficiente para tratarmos os conflitos.

Surgiu uma questão sobre a qual precisamos nos debruçar, o Paulo está preocupado, que é a relação entre ZEU com ZER ou Zona Mista. Hoje apareceu uma questão pontual, mas deve ser olhada com cuidado, é a função transição e ver em que casos nós podemos lançar mão da ZCor, da centralidade para fazer a função transição.

O Paulo Cesar da Mitra levantou uma questão sobre local de culto, nós vamos debater essa questão na quinta-feira. Então prefiro reservar algumas questões para quinta, mas antecipo que não vejo qualquer problema na questão de um grupo específico, mas tenho dúvida se resolve as preocupações que estão sendo trazidas. Parece que há algumas questões específicas a serem pensadas como o problema da pequena igreja, do pequeno local de culto na periferia e aquele local maior que, às vezes, requer gabarito e usos associados. Aí temos de fazer uma discussão maior.

A Cristina Antunes levantou uma questão dos planos regionais estarem sendo feitos de forma escondida, na CMDU. Isso não está acontecendo, presto um esclarecimento sobre esse ponto. Os planos regionais terão debate público subsequente à revisão do Zoneamento. O que está acontecendo é o desenvolvimento de estudos técnicos, de

diagnósticos, que é etapa do Executivo, e eles depois vão ser levados ao debate público. Estamos preparando o processo, assim como foi feito com o Zoneamento durante o Plano Diretor. É um estudo interno da Prefeitura, não é a elaboração de Plano Regional em termos de proposta ou de texto. Neste momento, no Executivo, o compromisso que nós temos é fazer a revisão do Marco Regulatório inteiro, de forma participativa.

Acredito que eu tenha passado por boa parte das questões aqui trazidas. (Pausa)

Lençol freático. Hoje há uma grande discussão na CEUSO – Comissão de Edificação e Uso do Solo, que regra o tratamento das edificações. Sobre o lençol freático, à luz da tecnologia, temos muitas soluções tecnológicas e construtivas, paredes de diafragma e etc. e tal, para tratar dessa questão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL – Então, a gente tem que olhar para esse ponto de forma conjunta, com a discussão do Código de Obras, ver onde estão as soluções para a questão do lençol freático. Há muitas soluções tecnológicas. E há regras de edificação que estão no Código de Obras.

Quero fazer uma ponderação final: no debate houve muitos pleitos de diversificação de uso e também pleitos do pessoal da ZER, de manutenção da ZER, das restrições convencionais ou contratuais. Por um lado, demarcamos ZCor em áreas que não havia, como é o caso da São Benedito. Essa demarcação de ZCor significou incremento de apenas 1,8% de lotes que estavam em ZER passando a ZCor, mas são soluções que melhoraram alguns bairros. Ao mesmo tempo, acolhemos a sugestão de moradores de ZER de manutenção das restrições convencionais ou contratuais dos loteamentos. Ou seja, é quando o loteamento tem regra mais restritiva do que o Zoneamento, a gente está mantendo, está acolhendo porque é pleito do pessoal de ZER.

A minha ponderação é a seguinte: acolhemos no PL 272 coisas de todos os lados, das várias visões de cidade, das várias comunidades, dos vários segmentos mobilizados. O PL

272/15 representa um pacto. A Secretaria entende que há aprimoramentos possíveis, os quais têm sido levantados nas audiências e também com sensibilização do Presidente Gilson e do relator Paulo Frange. Creio que é possível o aprimoramento. Da nossa parte, da CMDU, a gente quer ajudar, trazer o raciocínio, olhar nossas métricas e conceitos para melhorar o projeto e temos abertura para isso.

Temos feito o diálogo e acho importante haver transparência no processo, como tem sido até agora.

Mais uma vez, queria reiterar nossa posição de abertura ao diálogo, agradecer a presença de vocês!

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vou passar a palavra ao Relator Vereador Paulo Frange para que ele faça algumas complementações a respeito desse assunto. Quero antes dizer que nós todos, Vereadores, estamos à disposição a de todos vocês, façam ou não parte de movimentos populares, de meio ambiente, atividade econômica, não tem qualquer problema. Temos atendido a todos e vamos continuar atendendo.

Com a palavra nosso Relator Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Acho que o retrato desse processo é exatamente esse amadurecimento ao longo das audiências públicas. Tenho visto o Sr. Daniel que acompanha desde a parte do Executivo até aqui, ele tem sentido isso também. E nós, Vereadores, membros da Comissão de Política Urbana, os Subprefeitos estão sentindo a mesma coisa, ou seja, houve um amadurecimento muito grande na condução das nossas diferenças.

Estamos chegando a pontos muito próximos de uma convergência e em grande parte dos territórios da Cidade. Pontualmente, vamos tentando administrar cada uma dessas situações. E eu acredito que vamos conseguir um equilíbrio, uma harmonia, que permita a

todos trabalhar e viver sem incomodidades. Essa é a nossa pretensão e, hoje, já temos uma criança que já nasceu – que é o projeto que chegou à Câmara – e estamos na fase mais difícil. Fazendo essa pequena comparação, todos aqui têm a oportunidade de ser mãe, pai, avô e sabem o quanto é difícil ajudar essa criança nos primeiros passos: ela balança de um lado a outro, mas, depois, segue seu caminho. Estamos muito próximos dessa fase do aprendizado para que essa lei possa caminhar sozinha.

E essa lei só vai caminhar sozinha se todos nós participarmos – como estamos mesmo participando – para que o produto final seja exatamente aquilo que todos entenderam e que a São Paulo real, trazida para uma Lei de Zoneamento, ela possa, realmente, incorporar todos esses avanços.

Aqui foi falado e gosto muito desse assunto: é com relação ao aeroporto de Congonhas. Estamos, agora, com mais uma situação. Temos uma portaria nova, é a Portaria 957 GC3, do Ministério da Defesa e da Aeronáutica, que passa a valer a partir do dia 15 de outubro. Essa portaria regula todo o uso do espaço aéreo no Brasil e, em especial, esses aeródromos instalados em centros urbanos. São 119 páginas, é muito bonita, entrem no site para darem uma olhada e poderão entender que o aeroporto do Campo de Marte já vai ter, com certeza, uma nova regra para que se possa permitir a verticalização no entorno daquela região ali, na marginal do Tietê.

A portaria que regia o uso do espaço aéreo de São Paulo e do Brasil é de 1987. É a Portaria 1141. Agora, nós estamos com uma portaria nova e que não vamos ter de estudá-la para aplicar a Lei de Zoneamento, porque a própria Lei de Zoneamento vai deixar muito claro que temos de seguir as regras do 4º Comar.

Então, a verticalização nos locais onde há aeroportos, independente de ser pequeno ou não, tem de seguir as regras do 4º Comar. Quem limita a altura desses prédios em ZEU é o 4º Comar e por isso que tem de ir lá protocolar.

Deus permita que se instale muito bem, afinal, essa portaria tem avanços, porque,

hoje, no entorno do aeroporto de Congonhas, temos 2 milhões de litros de gasolina estocados nos postos de gasolina. Se fosse hoje, não deixaríamos colocar tantos postos, com tanta bomba de gasolina enterrada, com tanques de 20 ou 30 mil litros de gasolina, diesel e álcool no entorno do aeroporto. Isso já deve mudar para história do Brasil e para as cidades emergentes que, hoje, estão buscando seus primeiros aeroportos. É o caso de instalarmos, com o Campo de Marte, ainda por ser tratado.

Esse foi um assunto importante, mas, vamos aos usos em Corredor. Percebemos que as pessoas entenderam muito bem o que é ZCor 1, 2 e 3, porém, estamos estudando paralelamente a isso, com todo cuidado, cada tipo de uso nessas zonas.

Vocês podem ver, na lei, as explicações de cada grupamento desses usos. Estamos fazendo um comparativo com o Código Nacional de Atividade Econômica para que, eventualmente, possamos tirar um ou outro uso de uma ZCor 3 que possa incomodar e inquietar a população do entorno da São Benedito, por exemplo. Não são todos, mas, de repente, podemos ter o uso que está ali e dizer: “Olha, isso aqui pode complicar para nós”.

Então esse trabalho vai ser feito minuciosamente: cada um dos códigos está sendo estudado. Estamos estudando um a um. Não tem como cruzar isso numa planilha, apertar o *enter* para ele disparar. É um mês de trabalho, temos de ter uma equipe trabalhando nisso, olhando um por um, para que possamos, de repente, sentar e voltar a dizer: “Aqui tem um ou outro uso que pode atrapalhar”.

E, da mesma forma, alguém colocou para mim, na hora que cheguei, com relação às indústrias. Nós temos indústrias do tipo 2, as Ind-2, que, hoje, pela Cetesb, não têm mais o nível de incomidade, de riscos, que tinham até há pouco tempo, ou modernização e que, de repente, podem estar incluídas como Ind-1 e, em algumas áreas que, eventualmente, possam receber esse tipo de indústrias. E, talvez algumas indústrias, que sejam Ind-1, que está em alguma área dessa – como Zona Corredor 3 – e, que eventualmente, não devam estar por lá. Portanto, tudo isso vai ser tratado e cuidado um a um.

O Presidente Gilson Barreto tem sido cauteloso com isso. Temos acompanhado isso na Comissão. O nobre Vereador Ricardo Nunes é da Comissão de Finanças e, quando precisar de dinheiro, é para ele que temos de pedir. O Orçamento está chegando à Câmara Municipal. Está chegando essa semana, já chegou, não é Vereador Ricardo Nunes? É com ele que temos de pedir dinheiro para poder melhorar a região aqui. Então todo esse trabalho é feito com um grupo de Vereadores, bastante envolvidos nesse processo.

Por fim, quanto aos movimentos de moradia, temos tido um cuidado muito grande e não vamos ficar tirando ZEIS, nem espaços demarcados com ZEIS, pelo contrário, estamos abertos a receber novas sugestões. Se tiver espaço e áreas vazias, procurem. (Palmas)

Ontem, recebemos um número muito grande da região de Perus, Jaraguá e da região do Ipiranga. Foram propostas bem feitas, terrenos que, realmente, não cumprem função social e vão ser demarcadas como ZEIS. Não vamos terminar esse projeto, sem que possamos tratar muito bem esse assunto do movimento de moradia, respeitando, sempre, as Zepams. Não podemos sair avançando sobre as áreas verdes, mas temos muitos terrenos vazios ainda para que possamos assegurar esse direito sagrado à moradia digna.

No mais, muito obrigado. Devolvo a palavra ao Sr. Presidente Gilson Barreto, antes, porém, quero agradecer muito o carinho que tenho recebido de todos vocês, na Relatoria, bem como agradeço por toda nossa equipe. São contribuições preciosas que têm vindo de vocês, que têm vindo da sociedade. E temos tratado todas elas em conjunto com a Secretaria. Não estamos fazendo um projeto, na Relatoria, escondido da Secretaria. Estamos falando todos os dias, o dia todo. Estamos trocando informações para que não tenhamos esse projeto como sendo de um. Esse projeto não é de ninguém: nem do Relator, nem da Comissão, Esse projeto é da sociedade agora. Ele veio do Executivo, e veio muito bem elaborado, como foi colocado aqui. Está bem elaborado mesmo, traz grandes avanços.

Aliás, é a primeira vez na história o uso dessa cota ambiental aqui no Brasil. A forma como essa cota está sendo colocada em solos absolutamente diferentes, são treze

perímetros ambientais e ninguém tem esse tipo de situação no mundo, só nós. E, repito: estamos tratando esse assunto com muita cautela, pois, com certeza, será copiado para o Brasil todo. É um ganho muito grande para o meio ambiente. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bom, daqui a pouco, às 14h, estaremos no CEU Butantã, na avenida Engenheiro Heitor Antonio Eiras Garcia, 1700-1870, jardim Esmeralda. Estaremos lá.

Quero também avisar a vocês que o Código de Obras já foi encaminhado para a Câmara Municipal de São Paulo. Logo, logo, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente estará discutindo também o Código de Obras que é muito importante para a cidade de São Paulo.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência pública, agradecendo a presença de todos e, principalmente, as contribuições que trouxeram. Que Deus os acompanhe até seus lares. Muito obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

